

# **O PERFIL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA A PARTIR DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA (SIES) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO (MTE)**

Sérgio Fernando Campagna Moura da Silva, graduando em administração pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS); Gustavo Henrique Petean, doutorando em administração pela UFMS; Gabriel Sgrignoli Mello, mestrando em administração pela UFMS e Elcio Gustavo Benini, professor doutor da UFMS.

e-mails: [sergiofernando114@gmail.com](mailto:sergiofernando114@gmail.com); [gustah@gmail.com](mailto:gustah@gmail.com); [mellosgabriel@gmail.com](mailto:mellosgabriel@gmail.com); [elciobenini@yahoo.com.br](mailto:elciobenini@yahoo.com.br).

Agência financiadora: CNPq

Grupo de Trabalho: **GT 1- Formação em economia solidária e extensão universitária**

## **Resumo**

O estado do Mato Grosso do Sul vem desenvolvendo atividades de movimento da economia solidária há algumas décadas. Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo geral analisar e fazer um levantamento da configuração social, política e econômica dos empreendimentos econômicos solidários do estado. O objeto de estudo consiste na análise do perfil desses movimentos sociais registrados com dados no sistema de informação de economia solidária (SINAES) e atores praticantes de atividades baseadas na autogestão. Para isso, a metodologia consistiu-se numa coleta e análise de informações baseado no SINAES e uma pesquisa exploratória qualitativa a partir de entrevistas com atores locais e encontros promovidos pela Central de Comercialização de Economia Solidária na cidade de Campo Grande. Concluindo, a importância desse estudo consiste no entendimento e esclarecimento das características de atividade de empreendimentos solidários e de autogestão realizados no estado.

Palavras chaves: autogestão, trabalho e economia solidária.

## **1. Introdução**

A caracterização do modo de produção capitalista, historicamente pressupõe para cada posto de trabalho, a acumulação prévia de capital no âmbito de meios de produção e subsistência, ou seja, para qualquer trabalho assalariado ou autônomo, os meios de produção são anteriormente necessários para a síntese do produto final. Existem três principais acumuladores da geração de postos de trabalho no capitalismo contemporâneo, são eles: o Estado, capital e o autônomo (SINGER, 1998).

A economia capitalista, desenvolveu principalmente o aspecto competitivo, cuja existência pode ser benéfica para a sociedade, porém adquire caráter pernicioso quando o fim

torna-se maior que sua justificativa. Diante disso, a exclusão sintetiza a conjuntura atual do *status quo*, uma vez que os “perdedores” da competição são menosprezados. A partir desse cenário, a solidariedade entre os excluídos cria a necessidade de alternativas para o desenvolvimento econômico, que procura a acumulação autônoma, como a Economia Solidária (SINGER, 2001).

A economia solidária compreende-se por um conjunto de associações voluntárias com o fim de proporcionar aos seus associados, benefícios econômicos como resposta ao sistema competitivo dominante (SINGER, 2001). Esse movimento data desde o século XIX na Europa, quando a proletarização no âmbito trabalhista provocou uma série de reações operárias de caráter associativo e das primeiras cooperativas autogestionárias (GAIGER, 2003).

No Brasil, as instituições solidárias surgem face o cenário atual de desigualdade e altas de desemprego. Segundo os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o IDH brasileiro ajustado à desigualdade é de 0,561, colocando o Brasil na 60ª posição dentre os países analisados. (PNUD, 2015). Os dados apontados, incentivam o pobre e excluído a procurar a economia solidária como alternativa econômica (SINGER, 2001). Em torno de 200 municípios e 12 estados brasileiros, incluindo o Mato Grosso do Sul, contam com a regulamentação e fomento dessa alternativa pelo fórum brasileiro de economia solidária (FBES, 2017).

O presente estudo tem como objetivo geral, analisar a configuração social, política e econômica dos empreendimentos econômicos solidários no Estado de Mato Grosso do Sul. Segundo França Filho (2007), devido à complexidade do assunto, podemos dividir a discussão em 5 caminhos possíveis: enquanto a discussão conceitual, enquanto a discussão contextual, enquanto estudo de caso, enquanto metodologia de intervenção e enquanto política pública. Os objetivos específicos deste estudo são identificar os espaços públicos de atuação política dos empreendimentos solidários, assim como os atores e entidades de fomento e investigar os processos decisórios que caracterizam a autogestão dos empreendimentos econômicos solidários e do movimento de economia solidária. Portanto, a discussão se desenvolverá enquanto contextual, uma vez que a abordagem se caracteriza no entendimento dos associados da economia solidária em sua manifestação concreta da realidade (FRANÇA FILHO, 2007).

## 2. Referencial teórico

O movimento de economia solidária origina-se pouco tempo depois da origem do capitalismo industrial na Grã-Bretanha (SINGER, 2002). Isso se dá, pois segundo Marx (2013), o capitalismo é o sistema de personificação do capital, capital esse, que se desdobra em vários tipos: capital dinheiro, capital industrial, capital mercadoria, etc.: o autor aponta a centralidade do capital nesse sistema como sendo o industrial, devido às suas características de produção necessárias a partir da compra e venda da força de trabalho.

Ainda na Grã-Bretanha, em 1824, com a criação de algumas sociedades cooperativas concomitantemente com os níveis precários do trabalho nas indústrias e a revogação de legislações como o Combinations Acts, legislação que proibia reuniões de operários pela livre concorrência e propósitos de reforma política que minavam principalmente sindicatos, o movimento cooperativista começou a ganhar força (SINGER, 2002). Porém, foi em 1844 que uma cooperativa têxtil conhecida como “Pioneiros Equitativos de Rochdale” deliberou uma série de 8 princípios necessários para a convivência e existência dessa cooperativa que mais tarde seriam aplicados aos demais empreendimentos cooperativos (SINGER, 2002):

1º) que nas decisões a serem tomadas, cada membro teria direito a um voto, independente de quanto investiu na cooperativa; 2º) O número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir; [...] 3º) sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4º) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5º) as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista; 6º) os produtos vendidos pelas cooperativas seriam sempre puros (isto é, não adulterados); 7º) a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; 8º) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas. (SINGER, 2002, p. 39-40).

Antes de entender a economia solidária, devemos primeiro analisar como alguns autores entendem os seus aspectos principais, como o trabalho associado e a autogestão.

Para Faria (2017, p. 633) “autogerir não é democratizar a economia capitalista, mas mudar seus fundamentos”. A autogestão não é somente o controle do trabalhador sobre o processo de produção, mas sim o controle da gestão sobre os elementos econômicos, político-ideológicos e sociais (FARIA, 2017). Ainda segundo o autor, existe uma diferença importante entre autogestão e uma gestão coletivista com características autogestionárias. Ele

retoma o conceito “autogestão social”, que apenas pode ser construída historicamente nos processos de força produtiva, portanto só pode ser entendida como modo de produção<sup>1</sup> que visa a superação do modo capitalista (heterogestão). Já a gestão coletivista de características autogestionárias não apresenta um sistema de relação social das condições de existência materialista, ou seja, não constitui-se como negação da heterogestão social – condição de rigor teórico necessária para conceitualização da autogestão.

Cada modo de produção corresponde às características e a forma de cada sociedade, sendo assim, nas sociedades primitivas o modo de produção era de subsistência com relações de parentesco, no feudalismo, uma relação servil entre o dono da terra e seu subordinado. No capitalismo, a partir do antagonismo entre o vendedor da força de trabalho e os donos dos meios de produção que compram a mercadoria especial<sup>2</sup> força de trabalho (GAIGER, 2003).

De acordo com Marx (2013) o trabalho é a condição de existência do indivíduo e do ser social, isto é, o trabalho é a atividade de relação homem-natureza que possibilitou as condições necessárias para a existência da sociedade. Porém no modo de produção capitalista, a relação humanidade e a natureza geram mediações alienantes uma vez que no sistema de capital, gera-se uma relação de dominação e subordinação, condição não existente no trabalho de “mediações de primeira ordem” entre homem e natureza (MÉSZÁROS, 2007).

O termo “trabalho associado” não pode ser confundido com trabalho em cooperativas. Caracteriza-se pelas relações estabelecidas pelos homens na produção que buscam a emancipação a partir do controle e da integralidade do processo produtivo, portanto, na produção, na distribuição e no consumo. É dessa forma que a partir desse tipo de trabalho o homem alcançará um nível de sociabilidade plena, uma vez que terá a sua carga de trabalho reduzida e irá dispor de tempo livre para realização de outras atividades (TONET, 2005).

França Filho (2002) defende que a economia solidária remete a um entendimento de regulação político-social a partir da história e não será centrada nas esferas de Mercado e

---

<sup>1</sup> “[...] na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, é o seu ser social que, inversamente, que determina a sua consciência” (Marx, 2016, p. 5).

<sup>2</sup> Mercadoria especial, pois segundo Marx (2013, p. 128) “A força humana de trabalho em estado fluido, ou trabalho humano, cria valor, mas não é, ela própria, valor.” Sendo assim, a única mercadoria capaz de gerar valor.

Estado, isto é, uma nova forma de sustentação de indivíduos numa sociedade que coexistirá com outros tipos de regulações sociais.

Existe outra diferença importante entre a economia capitalista e a economia solidária: a relação oferta e demanda. A primeira, segundo Adam Smith (2017) se regularia naturalmente a partir das leis de mercado. Em suas palavras: “a quantidade de qualquer mercadoria que a indústria humana pode comprar ou produzir naturalmente, se regula [...] de acordo com a demanda efetiva [...]” (SMITH, 2017, p. 260). Isto é, a produção é baseada na demanda e é o mercado quem regula conjuntamente com a oferta. Já na economia solidária, a demanda do que é produzido não precisa de um mercado regulador, não obstante, é a necessidade real das populações locais que ditará a produção e as atividades econômicas. O que remete ao caráter relevante da economia solidária: a gestão dos recursos de forma autogestionária, e a superação de problemas sociais e econômicos. (FRANÇA FILHO, 2002)

### **3. Metodologia**

Para a realização desse artigo, fundamentalmente foi utilizada a base de dados do Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES) e entrevistas exploratórias qualitativas com atores de economia solidária do estado do Mato Grosso do Sul na cidade de Campo Grande a partir de encontros realizados na central de economia solidária da cidade.

Segundo Faria (2017) há uma dificuldade do pesquisador, principalmente nas áreas das ciências sociais e humanas na identificação da análise do conteúdo. De forma que o pesquisador subjetiva o objeto (conteúdo) e dessa forma cria uma interpretação diferente da realidade. Portanto a importância da análise conjunta, pesquisa exploratória e a base de dados do SIES, na concepção deste trabalho. De forma que, os aspectos observados direto em campo, somados às informações obtidas de uma forma geral sobre os empreendimentos de economia solidária no estado do Mato Grosso do Sul, indicam uma integridade maior uma vez que o pesquisador começa a analisar o objeto estudado.

#### **Análise das entrevistas exploratórias**

Para a análise das entrevistas, foram adotadas como características fundamentais para o entendimento do funcionamento dos empreendimentos baseados em autogestão. São eles: o entendimento da autogestão pelos atores desses empreendimentos, os impactos das redes de economia solidária e a percepção de atuação das políticas públicas.

## a) Autogestão

A autogestão como deve ser compreendida como organização de trabalho, dessa forma:

Implica não utilizar o trabalho formal assalariado nos termos tradicionais, ou seja, não há a relação de patrão e empregado, cada membro de uma unidade da produção é, também, a um só tempo, sócio e proprietário, o que, por sua vez, leva a um processo de negação da força de trabalho como mercadoria e a colocação de cada trabalhador como sujeito efetivo (BENINI, 2003, p. 11).

Dessa forma, a entrevista tem o papel de identificar se o entendimento da autogestão corrobora e/ou reflete o que os intelectuais da área vêm debatendo e se na prática essas atividades conseguem atingir sucesso quanto às suas características básicas.

O primeiro entrevistado (A) respondeu às perguntas no lugar de sua esposa, dona do empreendimento de produtos de costura, por escolha da mesma. Portanto ele se refere a ela quando fala.

Na questão: **“como você entende os empreendimentos solidários de autogestão?”**

A responde:

A: “Acho que eles são uma alternativa para a pessoa que tem um produto próprio, ela tem uma demanda de comércio que ela consegue atingir públicos menores só que ainda assim de preços mais acessíveis ou até mesmo produtos um pouco mais inovadores que você não consegue achar em larga escala”.

Em seguida, A responde a seguinte questão: **“qual as dificuldades que vocês encontraram na autogestão?”**:

A: “eu acho que tem um pouco de dificuldade de encontrar mais público ou até mesmo no tempo de processo porque como a autogestão é um processo só dela de pegar material, dela de fazer a construção das peças é uma coisa que pelo menos por encomenda ela consegue trabalhar isso na gestão de tempo de entregar o serviço, mas aí se ela precisar fazer muita coisa num período tempo curto ela não consegue fazer uma coisa de exposição um pouquinho maior como montar uma loja fixa”.

## b) Redes de economia solidária

Para o assunto de redes, responde o entrevistado B, que representa seu empreendimento de produtos artesanais.

Perguntado: **“por causa das dificuldades na montagem do produto, você acha que essas redes como na central de economia solidária, esses encontros ajudam a divulgar o produto e vendê-los?”**

B: “com certeza, bastante. Pelo menos você mostrar o que você quer isso já gera bastante interesse ou então você cria um boca-a-boca, um processo de *marketing* um pouquinho mais amplo, e as pessoas irem conhecendo seu nome ou então saber que tal pessoa faz isso, meu vizinho faz aquilo lá e isso acaba aproximando as pessoas do comércio.”

Entende-se a importância dessas redes para o crescimento e desenvolvimento em algumas fases dos empreendimentos, porém para Singer (2002) esse foco nas redes pode criar um isolamento entre elas e destinar àquelas produções métodos tecnológicos subdesenvolvidos.

### c) Políticas públicas

Nessa seção, o intuito é entender como os atores autogestionários se posicionam quanto as políticas públicas, se se sentem amparados ou não e dar seus pareceres sobre qual seria o papel do Estado para empreendimentos semelhantes ao dele, baseados na autogestão.

Quando perguntado **“você vê o papel da política pública, das governanças, atuação na economia solidária em empreendimentos como esse, o Governo seja qual for, Estado, Município ajudando e dando incentivo de fomento para esses negócios?”** C, que é dono de um empreendimento de produtos alimentícios, responde:

C: “Olha, incentivo não. Porque eles podem organizar feirinhas como essa, eu acho que pelo menos alguns espaços públicos eles deixam que isso flua, que aconteça algum tipo de comércio assim, mas ajuda, não, porque se eu quiser começar a expandir o negócio, quiser despachar isso para outro estado ou outro país, eu preciso emitir uma nota fiscal que fica um pouco mais difícil.”

Segundo Benini (2003) apesar da economia solidária se apresentar como resposta à problemas de produção estruturais do capital, existem aspectos que necessitam de atuação das políticas públicas para solucioná-los. Porém deve-se tomar o cuidado para que não se crie uma dependência direta das forças governamentais, mas sim lutar por uma agenda mais atenta a esses empreendimentos que nas palavras do autor podem gerar um “terreno fértil”

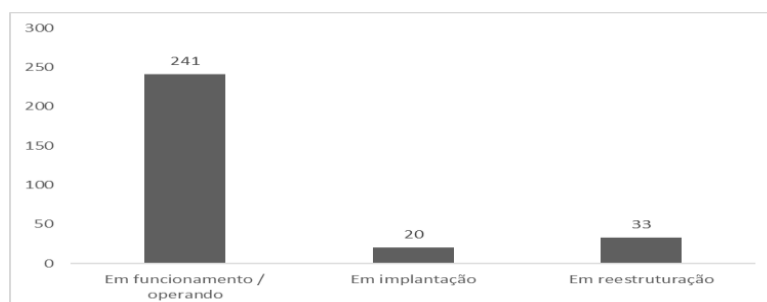
para o desenvolvimento dessas atividades que se colocam como resposta aos problemas do modo de produção capitalista.

#### D) Análise do SIES

De acordo com a base de dados do SIES de 2010 a 2013, se desenvolve uma análise geral dos empreendimentos solidários no estado do Mato Grosso do Sul. Sabe-se que existem um total de 294 empreendimentos cadastrados, totalizando a porcentagem de 1,492% dos 19.708 espalhados pelo Brasil.

Para a análise desses 294 empreendimentos, analisou-se a variável “situação atual de funcionamento do empreendimento”. Dessa forma, analisando o gráfico podemos observar a seguinte estrutura:

**Gráfico 1 – Situação dos Empreendimentos Solidários em Mato Grosso do Sul**



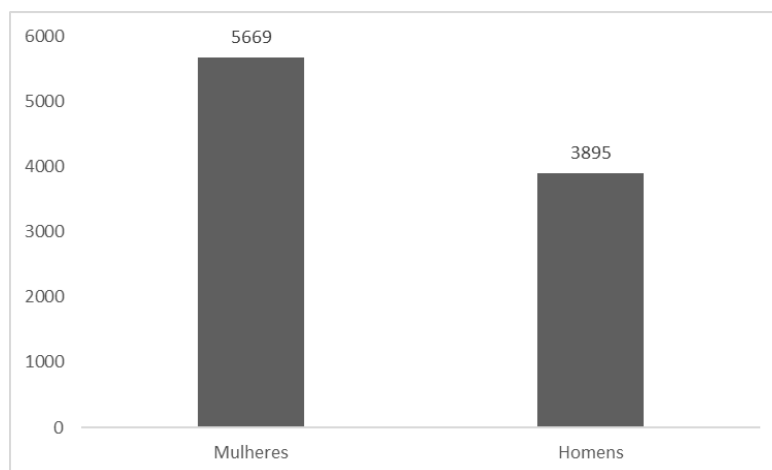
**Fonte:** Elaboração própria, com base no SIES (2012)

Sendo assim, podemos observar que desses 294 empreendimentos, 241 estão em operação, 20 em implantação e 33 em reestruturação. O que demonstra a atual capacidade dos empreendimentos no Estado com apenas 18% fora de funcionamento.

O número de associados no Sistema para o Brasil conta com um total de 1.423.631 sendo que no estado constam 9.564 homens e mulheres. A distribuição de gênero nos empreendimentos se encontra no gráfico a seguir:

**Gráfico 2 – Distribuição de sócios por gênero em Mato Grosso do Sul**



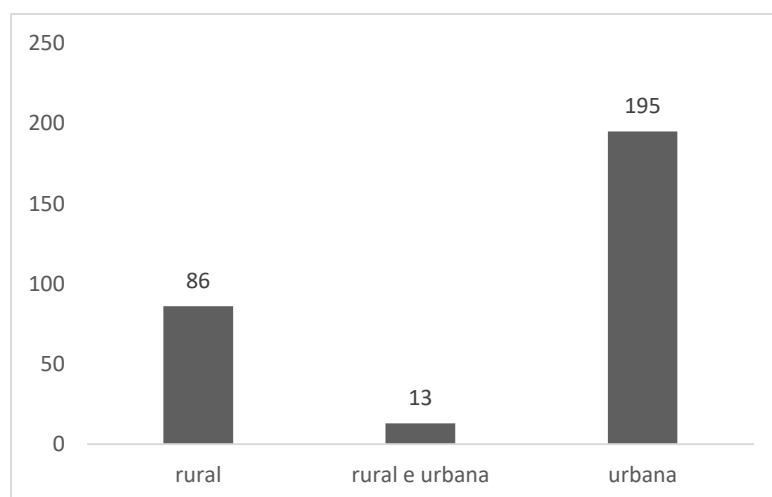


**Fonte:** Elaboração própria, com base no SIES (2012)

O número de mulheres registradas no sistema como sócias é de 5.669, já o de homens é 3.895. Demonstrando uma maioria das mulheres nos empreendimentos solidários do estado. De acordo com pesquisas realizadas nessas mesmas bases de economia solidária, as mulheres representam grande parte dos negócios, porém ainda assim, concluem que quanto menor o tamanho desses negócios, maior a participação das mulheres (TAVARES *et al*, 2012).

As áreas de atuação dos negócios estão listadas no gráfico abaixo:

**Gráfico 3** – Distribuição de sócios por gênero em Mato Grosso do Sul



**Fonte:** Elaboração própria, com base no SIES (2012)

Observa-se que as áreas de atuação são em sua maioria na zona urbana, podemos entender esse movimento em relação a esses empreendimentos com o modo de produção capitalista (dominante) e observar que se desenvolve na *práxis* dessa dialética. Sendo assim, é essencial o levantamento de informações características em comum desses empreendimentos, além de suas dificuldades e conquistas durante a conjuntura atual do Estado brasileiro. (SINGER, 2001; BENINI; NETO; BENINI; MELO, 2009; FRANÇA FILHO, 20017)

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao fim desse trabalho, podemos analisar os empreendimentos econômicos solidário (EES) e como eles se constituem no sistema atual capitalista. Quais foram as suas dificuldades e se as dialéticas e os contrapontos da discussão teórica conseguem chegar até o ator autogestionário de forma a corroborar com a literatura existente.

A dificuldade encontrada pelos atores solidários ilustra os movimentos sociais e econômicos do capitalismo nessa etapa. Os empreendimentos econômicos solidários representaram uma importante marca quanto a eficiência desses negócios, uma vez que 82% deles estão ativos. Encontram-se também algumas dificuldades que podem ser superadas ou assistidas pelo poder público que o terceiro setor não consegue fornecer. Há um cuidado para que os EES não se tornem reféns do aparelho do estado, mas sim um trabalho em conjunto para o crescimento e desenvolvimento desses empreendimentos.

Este trabalho, limitou-se a uma análise exploratória junto aos atores autogestionários e uma análise do SIES. De uma forma geral, alguns aspectos da economia solidária foram abordados para que o entendimento dos perfis desses negócios no estado do Mato Grosso do Sul seja mais claro aos leitores e para que possam servir de amostras para críticas junto ao que se entende como as características fundamentais da literatura existente da Economia Solidária e também servir de modelo de análise para possíveis ações do poder público com objetivo de tornar o campo analisado mais fértil.

#### **5. Referências bibliográficas**

**BENINI, E. A. Economia Solidária, Estado e Sociedade Civil: um novo tipo de política pública ou uma agenda de política públicas?** In: DAL RI, N. M. & Vieitez, C. G. Revista Organização e Democracia. Marília: Unesp, 2003.

BENINI, E. G. NETO, L. F.; BENINI, E. A.; MELO, R. P. **Cooperativismo e Autogestão: reflexões sobre a economia solidária**. Campo Grande-MS: Desafio - R. Econ. e Adm. v. 10, n. 21, agosto de 2009.

FARIA, J. H. **Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual**. Cad. EBAPE.BR, p. 629-650, v. 15, nº 3, artigo 5, Rio de Janeiro, Jul/Set. 2017.

FARIA, J. H. **ANÁLISE CRÍTICA DE CONTEÚDO: concepção, processo e método**. Curitiba: EPPEO, 2017.

**FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES)**. Disponível em: <http://fbes.org.br/>, acessado em 05 apr. 2017.

FRANÇA FILHO, G, C. **Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação**. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 7, n. 1, jan.-jun. 2007, pg 155 - 174.

FRANÇA FILHO, G, C. **Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais**. Bahia análise e dados, Salvador SEI, v. 12 n. 1, p. 9-19, junho 2002.

GAIGER, Luiz, Inácio. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo. Boitempo: 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 5ª ed., São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. Boitempo: São Paulo, 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **O Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) 2015 "O Trabalho como Motor do Desenvolvimento Humano"**. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/relatorios-de-desenvolvimento-humano/rdhs-globais.html>

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998. pg 126 - 131.

SINGER, Paul. **Economia solidária versus economia capitalista**. Soc. estado., Brasília , v. 16, n. 1-2, p. 100-112, Dec. 2001 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922001000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100005&lng=en&nrm=iso). access on 04 Apr. 2017.

SINGER, Paul. **Introdução a economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

TAVARES, A. G., VASCONCELLOS, B. M., COLOMBO, C. S., BEZERRA, E. M., WIRTH, I. G., CASTRO, M. P. **O Sexo da Economia Solidária apontamentos a partir da Economia Feminista e da prática de incubação.** Disponível em <file:///C:/Users/PC/Downloads/Tavares%20et%20al..pdf>

TONET, Ivo. **Educar para a cidadania ou para a liberdade?** Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 469-484. Jul/dez, 2005.